

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: 74
 Data 27/04/80 Pg.: _____

Índio está contra a estadualização

Continua repercutindo em Mato Grosso do Sul a Semana do Índio, promovida pelo governo estadual, com a colaboração da Prefeitura e da Universidade Federal deste Estado. A pergunta que se faz é quanto aos resultados que a iniciativa governamental apresentará, em defesa do índio, principalmente no sentido de assegurar-lhe o seu direito às terras, das quais vem sendo desalojado sistematicamente, por falta de marcação correta e por invasões por latifundiários que contam com o apoio, muitas vezes, até mesmo da Funai.

ESTADUALIZAÇÃO

Os jornais de Campo Grande publicaram no domingo passado que o governador Marcelo Miranda já estava com o projeto de convênio entre o Estado e a Funai, com vistas à estadualização da política indigenista em Mato Grosso do Sul. Esta tentativa de transferir para os Estados a responsabilidade pela defesa do índio, tirando-a da Funai, foi amplamente criticada durante o 1.º Seminário Sul-matogrossense de Estudos Indigenistas, que reuniu índios (representantes de quase todas as aldeias do Estado), antropólogos, sociólogos e estudiosos. Muitas críticas e acusações se fizeram à atuação da Funai, inclusive que ela arrenda terras dos índios, há anos, sem que estes jamais tenham visto o resultado econômico e financeiro desse arrendamento. Também não sabem para onde vai o dinheiro que alguns delegados da Funai arrecadam com a venda de gado criado por alguns grupos indígenas, observaram outros chefes indígenas.

Apesar dessas críticas e acusações, entenderam índios e antropólogos que na realidade, o desejável é que a Funai afaste alguns delegados de aldeias, que se aproveitam de seus cargos e reformule alguns pontos de sua atuação. A opinião unânime foi contra a pretendida transferência da política indígena para os governos estaduais.

PERNICIOSA

Todos consideraram a estadualização uma calamidade, tão perniciosa quanto a tentativa do "famigerado Rangel Reis" (no dizer de Darci Ribeiro) de emancipar os índios. Isto porque, concretizada esta idéia, os latifundiários estarão mais próximos do poder e terão facilitadas suas pretensões de tomarem terras dos índios.

Marcelo Miranda desmentiu a notícia

divulgada pelos jornais, em tom até veemente. O presidente da Funai, durante o encerramento da Semana do Índio, domingo último, na Aldeia de Limão Verde (quando só chegou a ouvir a palavra do índio, porque um destes tomou do microfone, forçando o retorno das autoridades que já haviam se retirado) desmentiu também a estadualização. Explicou-se na ocasião que o decreto assinado pelo presidente da República, dias antes, tratava apenas da descentralização administrativa das atividades da Funai, criando possibilidade de colaboração dos Estados nesse setor; mas, insistiram, a diretriz na política indigenista continuava, como deverá continuar sempre, sendo da alçada do governo federal.

Os índios e os antropólogos aceitaram a explicação, com reservas, prometendo que ficarão atentos ao cumprimento do decreto assinado no Dia do Índio, para poderem concluir o que há por trás desse documento.

ÍNDIOS FALAM

Durante três dias seguidos — à tarde — os índios puderam falar sobre a situação atual das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. As reuniões foram presididas por Mário Juruna, o líder dos Xavantes, que não permitiu a ninguém falar, a não ser os chefes de aldeias. Foi mais rígido, ainda, em sua decisão, logo após a primeira reunião, quando percebeu que elementos ligados a um ex-delegado da Funai (também índio), afastado do cargo por estar implicado em várias irregularidades, demonstraram claramente apenas pretender defender o retorno do mesmo às atividades e não debater o problema do índio em geral.

A decisão de Juruna foi importante, porque possibilitou que todos os chefes de aldeias (ou capitães) dissessem de seus problemas, de suas necessidades, de suas potencialidades. Todos eles defenderam, principalmente, a necessidade de segurança das terras onde se encontram, que elas sejam definitivamente demarcadas e eles possam viver a sua vida sem interferência de ninguém. Todos, também, reclamaram da falta de escola, enfermagem, atendimento médico e outras necessidades. Muitos foram os que falaram ter sofrido torturas, perseguições e falta de liberdade de ação em suas próprias aldeias. E todos foram contra a estadualização. (GTA)